

DOSSIÊ

Museus e Museologia:
aportes teóricos na ContemporaneidadeBruno Brulon¹Monique Batista Magaldi²

DOI 10.26512/museologia.v9i17.31587

Que Museologia e que museus queremos para o nosso presente e para o nosso futuro? Sobre qual Contemporaneidade se baseiam os nossos processos museais e abordagens museológicas? Este dossiê não busca trazer respostas, mas tem o objetivo de reunir reflexões basilares para a Museologia e os museus no mundo atual. Ao escrevermos esta apresentação, em nossa situação de isolamento físico diante das incertezas de um contexto pandêmico, não podemos deixar de fazer deste texto uma reflexão sobre o incerto, o desconhecido e a dúvida – elementos estes que estão na origem de toda reflexão teórica.

De modo simplificado, poderíamos definir a Museologia como a área do saber que nos ajuda a fazer perguntas sobre os museus, a interroga-los. Para os atores que fazem da Museologia uma disciplina acadêmica e reflexiva, a pergunta “o que é o museu?” está muito longe de se mostrar trivial, e sua resposta dificilmente pode ser dada de forma objetiva. Tal pergunta – sem resposta aparente – vem suscitando debates acalorados no principal órgão internacional do campo museal – o Icom – e despertando duelos teóricos e políticos em diversos âmbitos.

De modo um pouco mais complexo, a pergunta “o que é museologia?” nos remete a um debate metateórico, segundo denominou Zbynek Z. Stránský em meados do século XX, concebendo a necessidade de se formular bases teóricas antes mesmo de a Museologia definir as suas perguntas centrais. Resultou desse debate sobre a definição conceitual e epistêmica da Museologia, a definição das principais correntes teóricas adotadas pelos pensadores do campo até o início deste século. Desde então, uma vasta produção de pesquisa acadêmica – que vai desde os estudos museais (*museum studies*) até a Museologia dita “científica” – foi desenvolvida alimentando uma necessidade por formulações conceituais e metodológicas próprias da área.

No contexto brasileiro, não podemos ignorar a ampliação sem precedentes do campo museológico nas últimas duas décadas, que resultou, por sua vez, na substancial contribuição da pesquisa museológica em âmbito nacional para o contexto global. Com efeito, o Brasil sempre foi uma “potência” museológica, tendo o pensamento brasileiro influenciado a constituição de bases para esta disciplina em sua estruturação profissional e epistêmica em fins do século

1 Professor de Museologia no Departamento de Estudos e Processos Museológicos (DEPM) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) da UniRio e do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast). Atualmente coordena o Laboratório de Museologia Experimental (Lamex) e o Grupo de pesquisa em Museologia Experimental e Imagem (MEI) na UniRio. E-mail: brunobrulon@gmail.com

2 Professora do Curso de Museologia da Universidade de Brasília (UnB). Coordena o Projeto Museologia Virtual. É vice-líder no Grupo de Pesquisa Museologia Experimental e Imagem (MEI). E-mail: professoramoniquemagaldi@gmail.com | moniquemagaldi@unb.br .

passado. Atualmente, entretanto, enfrentamos dificuldades que fazem parte de um processo necessário de amadurecimento científico, que está ligado à diversidade de abordagens existentes nos diferentes contextos onde a Museologia é produzida no território nacional, bem como à ausência de consensos no seio de um campo que ainda precisa se reconhecer como tal.

A vontade de realização deste dossiê tem origem nos debates travados, de forma mais ou menos sistemática, no âmbito do Grupo de Trabalho intitulado *Perspectivas Contemporâneas em Teoria Museológica*, proposto para integrar o Seminário Brasileiro de Museologia, pela primeira vez em 2015, em Recife, sob nossa coordenação, e retomado em 2019, em Brasília, com a coordenação compartilhada com os colegas Alexandro Silva de Jesus e Daniel de Souza Leão Vieira, ambos professores de Museologia na Universidade Federal de Pernambuco. Tal empreitada interinstitucional permitiu um mapeamento preliminar das abordagens teóricas presentes na Museologia brasileira, tendo como principal metodologia de trabalho o diálogo entre diferentes.

O citado Grupo de Trabalho se propõe a colocar em diálogo distintas perspectivas sobre a Museologia, visando alcançar alguns consensos acerca do lugar epistemológico da disciplina na Contemporaneidade. A necessidade da busca de consensos vem sendo, por nós, pautada como uma urgência diante das fragilidades que começamos a sentir de forma mais sistemática nos últimos anos, e que vêm marcando a nossa disciplina em sua tensão entre um desejo de autonomia e a tendência por métodos interdisciplinares. Os efeitos da ausência de acordos epistêmicos podem ser observados em episódios como a proposta de nova classificação dos cursos de Museologia no país, pela Classificação Internacional Normalizada da Educação (Cine Brasil 2018), colocando em dúvida a autonomia da disciplina entre as Ciências Sociais e as Humanidades. Levando em conta o teor das críticas apresentadas pelos próprios pares diante da nova proposta de Classificação, observou-se uma ausência endêmica de consensos sobre o campo e o desentendimento sobre o histórico de reflexões metamuseológicas que apresenta, pelo menos, meio século de existência.

Não se pode negar, observando o desenvolvimento dessa disciplina ao longo de sua história, que a Museologia, na diversidade de aportes e perspectivas que lhe constitui, apresenta uma larga seara de produção acadêmica e discussões teóricas sobre as suas bases. Podemos não concordar com todas as visões que contribuíram para o seu avanço, mas não há como ignorá-las sem que se corra o risco de fragmentar a área ao ponto de fazer dela terreno infértil para o futuro.

A reflexão apresentada por Stránský no texto de 1987 que aqui se apresenta pela primeira vez em língua portuguesa é um dos exemplos de que as questões que se encontram hoje sem respostas não são inéditas para a Museologia. Inaugurando um exercício que denominamos de “reflexivo”, Stránský foi o primeiro a ensinar a fazermos perguntas museológicas – ainda que as respostas fossem levar mais tempo para se alcançar. Em sua contribuição histórica para o campo, podemos observar o amadurecimento em suas reflexões aqui apresentadas, em relação aos questionamentos feitos pelo autor ao longo das décadas anteriores. No texto publicado originalmente no periódico internacional *ICOFOM Study Series*, Stránský confere ao museu um lugar elementar para a Museologia, assumindo a prática museal como fundante da reflexão teórica em Museologia.

Concordando com o autor, podemos postular uma Museologia que desejamos colocar em prática no presente, nunca desvinculada da reflexão teórica e

consciente sobre as suas bases. Neste sentido, como disciplina invariavelmente ligada às formas múltiplas de se experimentar os museus, podemos perceber a Museologia como também diversa – noção esta que precisa ser aceita como ponto de partida, antes de enfrentarmos a necessidade de qualquer tipo de consenso sobre o campo.

Ao menos três vertentes da Museologia brasileira podem ser evocadas a partir dos artigos apresentados neste dossiê, as quais podemos ver esboçadas no artigo de Maria Cristina Oliveira Bruno, a partir da análise da dinâmica particular da disciplina em seus percursos nos últimos 30 anos: a primeira, marcada pela influência da produção acadêmica do Comitê Internacional de Museologia (Icofom), e das normativas e discussões sobre a prática museal, no âmbito do Conselho Internacional de Museus (Icom); a segunda, identificada por Bruno como a vertente mais diretamente marcada pelas preocupações com a formação profissional e a produção acadêmica na área, que está ligada, no caso brasileiro, à expansão da Museologia ao longo das últimas duas décadas, com a criação de pelo menos uma dezena de novos cursos de graduação e o desenvolvimento da pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado; por fim, a terceira vertente pode ser descrita como aquela marcada pelos atravessamentos múltiplos da diversidade de práticas experimentais, sociais, populares e críticas no *modus operandi* tradicional dos museus e da Museologia dominante.

Tal mapeamento nos permite vislumbrar na Museologia contemporânea ao menos três dimensões que lhe são inerentes: a normativa e teórica, a reflexiva (acadêmica) e a experimental ou crítica. Alguns apontamentos podem ser feitos a partir das questões e reflexões levantadas pelas autoras que contribuíram com este número, transitando, cada uma à sua maneira, entre essas três dimensões integrantes da Museologia.

Defendendo um olhar amplo sobre a área e seus processos inerentes, Bruno define a Museologia como “um campo de conhecimentos inserido nas Humanidades e com uma forte expressão de disciplina aplicada” que exige, portanto, “interloquções interdisciplinares e composições multiprofissionais”. Tal constatação do lugar acadêmico da Museologia alinhado a uma proposição de metodologias interdisciplinares está alicerçada num amplo histórico de reflexões que constituíram este campo em estudos anteriores e interpretações nem sempre convergentes.

No âmbito da Museologia acadêmica, ainda, Luciana Menezes de Carvalho recupera uma discussão fundante dos debates museológicos, ou metateóricos: a da definição do seu objeto de estudo, apresentando uma reflexão epistemológica sobre o que se refere como “fenômeno social museu”. Em sua análise, a autora apresenta a trajetória da Museologia, a partir do campo normativo do Icom e do Comitê Internacional para a Formação de Pessoal (Ictop), pontuando o seu desenvolvimento como disciplina científica na realidade acadêmica brasileira. Ao traçar o histórico da constituição da Museologia, a autora apresenta elementos fundamentais sobre como a esfera normativa do Icom e seus comitês estabeleceu paradigmas que se desdobraram nas reflexões científicas a partir do final do século XX, no contexto internacional e no Brasil.

Discutindo os desafios normativos que também fazem parte do campo, Carvalho considera o exercício de definir e qualificar “museu” – adotado pelo Icom por diversas vezes ao longo de sua história e em discussão, novamente, nesta década –, como uma tarefa que tem efeitos na produção de políticas públicas específicas para o campo museal e na definição de um campo profissional. O desafio terminológico se estende à academia, segundo sua leitura bourdieu-

siana, que reivindica o Museu enquanto capital cultural objetivado.

A tarefa de definição conceitual, como bem lembra a autora, não tem se mostrado fácil, dadas as diversas e intensas transformações nos museus, em suas funções e no seu papel social, que se tornam ainda mais expressivas no século XXI. Tais desafios, de normatizar um campo cujos objetos de estudo são dinâmicos, constitui uma contradição central para a disciplina Museologia: a da busca por uma unidade metodológica e conceitual para lidar com uma multiplicidade de fenômenos e experiências identificados pelo termo genérico museu.

Em seu artigo, Teresa Scheiner apresenta uma reflexão sobre o museu do século XXI em sua existência no cenário hipercultural. A autora coloca em voga a importância dos museus num mundo marcado por um fluxo cultural intenso e pelo movimento acelerado de recriação de realidades. Nessa cultura polimorfa, em que arte, ciência e memória se veem como representações, os museus estariam constantemente se rendendo à sedução das mídias e à praticidade dos fluxos de disseminação, o que leva a autora a questionar qual o papel da Museologia na hiperculturalidade. Tomando como exemplo a tentativa do Icom de aprovação de uma nova definição do museu, no âmbito da Conferência Geral de Quioto, em 2019, Scheiner atribui à dificuldade de se coadunar Museu e Museologia na hiperculturalidade a razão para o insucesso de se chegar a uma definição consensual. Poderíamos, então, retomar o contrassenso da diversidade na pressuposição de uma unidade para as reflexões museológicas. O que nos une? O que nos torna um campo disciplinar ou acadêmico reconhecido? Não podemos considerar o mero uso do termo “museologia” – este mesmo derivado do “museu” – como o nosso principal elemento de confluência e ancoragem científica.

Neste sentido, a Museologia contemporânea se vê diante de um dilema: o da necessidade de expor as suas divergências internas na busca por encontrar consensos para um campo ainda em expansão. Parte deste processo, de se abrir para as incertezas presentes na genealogia de um campo, se vê expressa no exercício proposto por Luciana Christina Cruz e Souza de re-pensar um dos mitos fundadores da Museologia latino-americana, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, e o conceito de “museu integral” proposto naquela ocasião, em 1972. A autora discute as noções de “desenvolvimento” e “modernização” aplicadas aos museus na América Latina no contexto da Mesa, e apresenta uma reflexão pautada em pensadores associados ao projeto Modernidade/Colonialidade, a partir do giro decolonial. Sua crítica a tais conceitos nos chama a atenção para as ambiguidades presentes nos discursos estruturantes dessa Mesa, em Santiago, e que, em certa medida, se perpetuaram no campo museológico desde então.

Tendo fundamentado uma forma de pensar os museus na América Latina e o seu papel social naquele final de século, a Mesa Redonda de Santiago representou um momento de tentativa de conciliar pontos de vistas distintos sobre a prática museal da região, visando formular um novo consenso sobre o museu e a Museologia – consenso este expresso na noção de “museu integral”, como demonstra Souza.

Ao olharmos para a diversidade em busca de nossa unidade epistêmica, é fundamental reconhecer nas práticas não ortodoxas, inovadoras e experimentais, a fonte para um movimento de transformação necessário para todas as ciências humanas, que dependem da espontaneidade e do movimento da sociedade para se moldar e se desenvolver. Neste sentido, a reflexão de Bruno Brulon sobre as potencialidades de um entendimento *queer* dos museus e da Museologia almeja direcionar o olhar reflexivo para além da academia e das

normativas internacionais, buscando ver na experiência museu a nossa principal fonte de criação de outras museologias. Propondo o conceito de “museologia da bricolagem”, e tomando por base o método desconstrutivista dos estudos *queer*, o autor apresenta o seu projeto experimental e crítico como a via de abertura para uma Museologia que sequer é mais “nova” e precisa se re-pensar voltando-se criticamente para seus alicerces no presente.

Por sua vez, Manuelina M. Duarte Cândido, ao apresentar os resultados iniciais da pesquisa que vem realizando na Universidade de Liège, na Bélgica, aponta para o fato de certos debates sociais e militantes do campo da Museologia não apresentarem destaque em certos países europeus, principalmente no mundo francófono. Na Bélgica, por exemplo, alerta para a falta de cursos em Museologia, o que limitaria a diversidade de pensamentos, restritos, então, a uma só Escola, além de ser a Museologia, neste contexto assim como na França, uma especialidade da História da Arte e da Arqueologia. A partir de tal perspectiva, a autora aponta para o que ela chama de renovação da Museologia ou as Museologias insurgentes, referindo-se ao aparecimento de novas correntes e tendências contemporâneas. Ressalta, então, os debates cada vez mais voltados para a relação entre o mundo digital e os museus, entre os museus e a economia da cultura, e os “diversos campos das Ciências da Informação”. Aponta para o fato de estudos no âmbito da Museologia Social não serem recorrentes no país, apesar de existirem tímidas reflexões sobre a importância da inclusão e colaboração em museus.

Por outro lado, sendo importante compreender o contexto histórico e social do Brasil, especialmente quando tratamos das políticas públicas no campo da cultura e, notadamente, no campo dos museus, ao pensar uma Museologia diversa e inclusiva, Marcele Pereira traz a relevante experiência dos Pontos de Memória na defesa do direito à participação das comunidades nos processos de seleção e reconhecimento de patrimônios locais, enquanto ação “decolonizadora”. Os Pontos de Memória compunham a Política Nacional de Museus, criada em 2003, permitindo a realização de ações que incentivaram o direito à memória das comunidades, sujeitos subalternizados e invisibilizados, mas que tornaram-se agentes no processo de musealização de suas próprias referências culturais por meio do reconhecimento de suas práticas museais experimentais. Mesmo em meio a grandes dificuldades ao longo da implementação da Política, continuar foi preciso, pois o processo de tomada de consciência é fundamental para que possamos despertar o direito da diferença, por meio de uma participação crítica e cidadã, segundo a autora.

Ainda do ponto de vista das nossas diferenças, diversas são as museologias que habitam os museus, as universidades e os centros de pesquisa deste século. Muito mais numerosas do que as correntes existentes no século anterior, as diferentes abordagens museológicas contemporâneas podem ser identificadas em alguns dos termos usados para se referir a elas nos textos apresentados neste dossiê: museologia crítica, museologia inclusiva, museologia social, museologia experimental, museologia decolonial... Podemos considerar inesgotáveis as possibilidades de ruptura e continuidade com a Museologia que funda o pensamento reflexivo sobre os museus.

Enquanto parte integrante da Museologia, o ato de pensar os museus requer a reflexão sobre termos e conceitos como *musealia*, musealidade e musealização. Para Marília Xavier Cury, cabe aos profissionais de museus compreender os processos técnicos e teóricos, questionando as ‘normativas prontas’, repensando constantemente as relações internas na instituição, e com os vi-

sitantes e “povos originários”. Em sua formulação, que vai da experimentação à teoria da Museologia, a autora propõe que, para pensar a metamuseologia, seria necessária a “reflexividade como metodologia associada à colaboração e pesquisa-ação”. A atuação dos profissionais de museus deve resultar de entendimentos que podem ser ampliados quando o diálogo com o Outro faz parte da atividade museológica.

Em meio à crise museal ocasionada pelo atual contexto de pandemia, podemos ver nos trabalhos aqui apresentados alguns caminhos para continuarmos a fazer perguntas sobre o futuro. Pensar teoricamente sobre a Museologia na Contemporaneidade significa se autorizar a fazer novas perguntas sobre o futuro desse campo disciplinar, mesmo que as perguntas anteriores não tenham sido respondidas ou, se o foram, careçam de uma nova resposta. Enquanto escrevemos este texto, o campo museal se pergunta se os museus irão sobreviver em um mundo pós-COVID-19. Qual será o papel assumido por essas instituições quando o isolamento acabar? Que relevância terão para as nossas sociedades, para além das experiências no ciberespaço?

No âmbito de reflexões estabelecidas no cruzamento entre a cultura e a saúde, Heloisa Helena Costa alerta para a importância da cultura, ou saúde cultural, para a saúde integral, a qual inclui a saúde mental. Uma saúde cultural plena, composta da preservação da memória individual e coletiva, seria fundamental para obtenção da saúde integral, segundo a autora. Os museus, no âmbito da saúde, enquanto espaços de acolhimento, demandariam de seus profissionais a capacidade de olhar cada vez mais, para a importância de se estimular os pensamentos sadios. Tais pensamentos transcenderiam o próprio espaço museal.

Para Costa, os museus seriam importantes laboratórios ao estimularem a reflexão crítica, não devendo estar restritos à contemplação. Seriam espaços de valorização do individual enquanto importante parte da coletividade. Deste modo, o “Outro” seria, então, reconhecido como “verdadeiro patrimônio”. Os museus, assim, têm o papel de estimular a autonomia no processo de pensar e no processo de aprender, cabendo-lhes serem igualmente afetuosos, além de ativar emoções sadias. O “diálogo museal”, assim desenvolvido, permitiria o alcance pleno do papel social. Os museus seriam, logo, importantes espaços de saúde cultural, podendo promover saúde mental, tema urgente em nossa sociedade, em meio a tantas incertezas.

Se há algo que aprendemos com a história da Museologia é a sua relevância nos momentos de crise do próprio museu. Diante da necessidade iminente de re-pensar os museus – em seu papel social, em seus modelos de gestão, e em suas funcionalidades – somos confrontados com a relevância contemporânea da própria Museologia. Os museus, em seu papel de moldar memórias e transformar realidades, atuam sobre o nosso imaginário de forma a reconduzir a vida para além das dificuldades do presente. A Museologia, assim, pode ser interpretada como uma disciplina regenerativa – e ativa sobre a vida das pessoas – ainda que nem sempre curativa. Seu principal instrumento de trabalho, o museu, é um reflexo material de como as sociedades lidam com as reformulações do passado no presente. Mas a Museologia só serve para o presente dos vivos quando atua pela valorização da própria vida, isto é, contra a precariedade produzida por sistemas desiguais e por doenças que ameaçam não apenas a vida individual, mas também a existência em sociedade.

Que Museologia podemos querer para o futuro? Que Museologia iremos poder ter para regenerar a vida após passada a pandemia? Qual será o valor dos museus para as sociedades que atravessarem o momento que vivemos,

de intensificação dos fluxos hiperculturais e do contingenciamento de recursos para a cultura? Finalmente, quais serão as perguntas que faremos no momento de reconciliar as nossas diferenças num mundo talvez mais unido e solidário do que aquele que parou diante do imponderável COVID-19? Esperemos que os museus e as museologias que temos nos ajudem a refletir sobre essa memória e a restaurar as nossas experiências coletivas no porvir.